

## **ARTIGO TÉCNICO**

### **IRRIGAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS, POLÍTICOS E SÓCIO-AMBIENTAIS**

E.M. Barbosa <sup>1</sup>

J. Dantas Neto<sup>2</sup>

**RESUMO** – O trabalho tem objetivo fundamental analisar a irrigação por meio da transversalidade jurídica e sua interatividade com as dimensões políticas e sócio-ambientais, principalmente no nordeste do Brasil. Projetos de Irrigação implementados no Nordeste, Lei nº. 6.662/79 que trata da Política Nacional de Irrigação e o Anteprojeto de Lei sobre modificações na referida lei foram interpretados. Constatou-se, em virtude da promulgação da Lei 9.433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, do avanço da Política Agrícola e da complexidade de problemas ambientais, que é imprescindível modificar a Lei de Irrigação em busca de melhor eficiência técnica e sócio-ambiental. Conclui-se que o Anteprojeto é mais amplo e acolhe a integração entre a irrigação, a política agrícola e o meio ambiente.

**Palavras-chave:** água, leis, hermenêutica.

**SUMMARY-** The main purpose of this research is to analyze the irrigation in the northeast of Brazil through a juridical dialogue as well as its interactivity with the political and socio-environmental dimensions .The methodology adopted is named hermeneutical understanding normative. Irrigation projects carried out on Brazilian Northeast, law Nº 6.662/79 about national policy on irrigation and the ante project of law on possible alterations to that law. We realized that due to the promulgation of the law Nº 9.433/97, which has instituted the national policy on water resources, as well as the improvement in the national agricultural policy and the complexity of environmental problems, that is indispensable to modify the law on irrigation with the purpose of achieving more technical and socio- environmental efficiency .We conclude that the ante project is more complete and covers the integration between irrigation ,agricultural policy and the environment.

**Key-words:** hermeneutic, shortage, water

---

<sup>1</sup> Doutorando em Recursos Naturais da UFCG, Unidade Acadêmica de Direito Público e Prática Jurídica, UFCG, Rua Paulo Pontes, 260 CEP 58108-055, Campina Grande, PB

<sup>2</sup> Prof. Doutor, Unidade Acadêmica de Engenharia Agrícola, UFCG, Campina Grande, PB.

## INTRODUÇÃO

Num mundo globalizado, a capacidade de competir define as possibilidades de sobrevivência e de expansão de mercado. Nesse contexto a irrigação é vista como importante instrumento de desenvolvimento, especialmente para o Nordeste do Brasil, pela sua capacidade de gerar renda, emprego estável, divisas, ampliar ofertas de alimentos além de fomentar a modernização do meio rural.

A irrigação, entre os diversos usos, é a que demanda maior quantidade de água na atualidade, aproximadamente 70% dos recursos hídricos disponíveis, sendo também considerada grande responsável pelos desperdícios desses recursos. O assunto é polêmico, não obstante essa discussão sobre o real consumo de água na irrigação, se faz necessário debater e explicar juridicamente aspectos relevantes da irrigação no país e particularmente no nordeste brasileiro – em face da escassez e/ou irregularidade de água.

O trabalho desenvolvido tem por objetivo interpretar textos normativos hídrico-ambientais, principalmente os documentos referentes à *irrigação*, com o propósito de contribuir para aclarar incompreensões e dúvidas formuladas ao longo dos anos acerca de questões ambientais.

## IRRIGAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO

A área total irrigada no Brasil é estimada em 2.870.244 ha, com forte concentração nas regiões Sul e Sudeste, que representam 72,7%. Somente o Rio Grande do Sul, voltado para a produção de arroz, é responsável por 35% da área irrigada no país. O Nordeste brasileiro responde por 17,26% da área irrigada no país. Ao longo dos anos, a atuação pública e privada incorporou mais de 495.000 ha irrigados do Nordeste, sendo os projetos públicos responsáveis por 28% dessa área (BNB, 2001).

Conforme CARVALHO (1988) a irrigação no Brasil apresenta características diferentes no Nordeste e no Sul. Ainda que tenham surgido nas duas regiões simultaneamente, no início, a irrigação desenvolveu-se com características bem diferenciadas. Enquanto no Nordeste as iniciativas nasceram do poder público, no Sul a iniciativa foi predominantemente particular.

TELLES (2002) assevera que, a irrigação no Brasil pode ser dividida em três grupos: Irrigação ‘Obrigatória’ no Nordeste, Irrigação ‘Facilitada’ no Rio Grande do Sul e Irrigação ‘Profissional’ nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e parte do Sul. Diante das informações apresentadas pelo autor, é interessante observar que a Irrigação ‘Obrigatória’ no Nordeste foi

promovida inicialmente pelo Governo no sentido da implantação de distritos de irrigação, que tinham como ênfase o aspecto social de fixação do homem no campo. Este enfoque mostrou-se ineficiente e a iniciativa privada foi aos poucos se associando aos empreendimentos, obtendo excelentes resultados, direcionando a exploração para fruticultura de exportação e para o abastecimento de agroindústrias locais.

## **IRRIGAÇÃO RACIONAL E AMBIENTAL NORDESTINA: TRIBUTO AO ECÓLOGO E AGRÔNOMO JOSÉ DE AUGUSTO TRINDADE**

Conforme atesta TRINDADE (2005), no livro *A Agronomia do Essencial*, o “incansável” ecólogo e agrônomo José Augusto Trindade, em conferência no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1919, registrava, que no Nordeste, o homem desconhece quase por completo a irrigação. A irrigação como técnica especial, desde a construção das obras hidráulicas, até a exploração agrícola, inclusive o modo de o homem usufruí-la. É uma iniciativa do Estado, difícil, porém indispensável.

Frise-se assim, que as palavras proferidas e redigidas pelo “ecologista” José de Augusto Trindade, 86 anos depois, ainda é atual, não no desconhecimento de técnicas de irrigação – estas já de domínio de pesquisadores e técnicos –, mas na imperiosa necessidade do Estado elaborar políticas públicas de irrigação para o Nordeste brasileiro pautada nos princípios da eficiência, eficácia e sustentabilidade sócio-ambiental.

É interessante observar que em 1933 o Ministro José Américo de Almeida nomeou José Augusto Trindade para chefiar a Comissão Técnica de Reflorestamento e Postos Agrícolas do Nordeste. Assim, com o propósito de tornar consistentes suas ações, o recém-empossado Chefe implementou novas técnicas de irrigação na região de São Gonçalo, município de Sousa, PB, além de transformar o Posto Agrícola em Instituto Experimental da Região da Seca, este inaugurado em 1940. Mais recentemente, no ano de 1982, a Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (ABID), instituiu a Medalha do Mérito da Irrigação e Drenagem José Augusto Trindade, em face da brilhante dedicação e responsabilidade sócio-econômica e ambiental desenvolvida pelo Agrônomo no campo da irrigação no Brasil, e em particular no Nordeste brasileiro. Em 1940 também elaborou um Anteprojeto de Decreto-Lei sobre a Política de Irrigação do Nordeste do país.

## LEGISLAÇÕES CORRELATAS SOBRE IRRIGAÇÃO

O primeiro ordenamento jurídico sobre irrigação no Brasil ocorreu em 25 de junho de 1979, com a edição da Lei nº. 6.662. Essa Lei só foi regulamentada cinco anos depois pelo Decreto lei nº. 89.496, de 29/03/ 1984, tendo este sido modificado pelos decretos nº. 90.309 de 16/10/84, nº. 90.991, 26/02/1985 e nº. 93.484 de 29/10/86. Esses três foram revogados pelo de nº. 2.178, de 17/03/97. (BNB, 2001)

Eis o momento de comentar acerca de textos normativos importantes para a irrigação que carecem de melhor interpretação compreensivo-normativa. A Lei nº. 6.662, de 25/06/79, dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, que tem como objetivo o aproveitamento racional de recursos hídricos de água e solos para a implementação e desenvolvimento da agricultura irrigada.

Por sua vez, o Decreto nº. 89.496, de 29/03/84, regulamenta a Lei nº. 6.662/79, e considera como *postulados básicos* para a Política Nacional de Irrigação: I – preeminência da função social e utilidade pública do uso da água e solos irrigáveis, visando ao desenvolvimento sócio-econômico da região em que se situem e da população dependente, direta ou indiretamente, da agricultura irrigada. II – estímulo e maior segurança às atividades agropecuárias, prioritariamente nas regiões sujeitas a condições climáticas adversas. III – promoção de condições que possam elevar a produção e a produtividade agrícolas. IV – atuação principal ou supletiva do Poder Público no planejamento, elaboração, financiamento, execução, operação, fiscalização, acompanhamento e avaliação de projetos de irrigação.

Ainda em vigor, a Lei de irrigação editada a mais de 20 anos, em um contexto diferente do atual, retrata as características econômicas e políticas da época, tendo inclusive sido superada em alguns de seus dispositivos, por alterações havidas na constituição de 1988, e, mais recentemente, em janeiro de 1997, pela edição da Lei nº. 9.433, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Na concepção da atual Lei de irrigação um projeto público é aquele construído ou adquirido pelo governo, que permanece proprietário da infra-estrutura de irrigação de uso coletivo e tem a responsabilidade de administrá-lo, ainda que possa delegar sua administração ao Distrito de Irrigação. O projeto público, pela Lei vigente, não pode ser arrendado e nem vendido. Enfatizando, a tarifa d'água cobre, apenas, as despesas de depreciação e manutenção do projeto.

Esse fato, para a atualidade da irrigação brasileira, constitui uma das dificuldades para a expansão da agricultura irrigada no semi-árido nordestino e para um maior envolvimento, ali, do setor privado em projetos públicos de irrigação, pois quem adquire os lotes (irrigantes empresários), paga pela amortização da infra-estrutura e nunca será seu dono. Além disso, ainda não se desenvolveu, entre nós, mesmo experimentalmente, nenhum procedimento de associação do governo com o setor privado na implantação de projetos mistos de irrigação.

Com efeito, a lei de irrigação em vigor prevê o ressarcimento dos investimentos públicos em irrigação pelos usuários, mas de forma incorreta, na medida em que o poder público mantém-se como proprietário da infra-estrutura de irrigação de uso coletivo.

## CONCLUSÃO

Primeiramente, se deve enfocar a outorga e a cobrança de água (Ver Lei nº. 9.433/97) como instrumentos de gestão de recursos hídricos, que podem servir de indutores, exigindo assim, que os usuários adotem técnicas de irrigações mais eficientes e sustentáveis para minorar as perdas desse bem escasso. Com o advento da nova legislação de recursos hídricos no país (Lei 9433/97 e suas correlatas estaduais), as organizações de usuários da água para irrigação têm o direito de também participarem do Sistema de Gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, onde o projeto de irrigação esteja ou vá ser implantado. É neste novo espaço público ou fórum (ou seja, que convém e, por isso, interessa a todos) que as questões relacionadas ao planejamento e gestão da conservação, desenvolvimento e utilização, compartilhados daquele recurso natural devem ser decididas em primeira instância administrativa.

Outra consideração, diz respeito ao crescimento da irrigação no país, e também no Nordeste, assim, para continuar ampliando sustentavelmente a irrigação é necessário consolidar a política nacional de irrigação, mediante criação de fundos por meio de alocações de recursos planejados. Além, de melhorar o planejamento de aproveitamento da terra, dos recursos hídricos, dos aspectos sócio-econômicos, dos recursos humanos, da capacidade empresarial e tecnológica.

Um dos pontos de avanços do Anteprojeto de Reformulação da Lei 6.662/79 que trata da Política Nacional de Irrigação modifica o art. 1º. Em outras palavras, a expressão “agricultura irrigada” passa a ser denominada de *agricultura irrigada sustentável*. Outro ponto relevante enfatiza que a Lei 6.662/1979, denominada de Lei de Irrigação e o Decreto Regulamentar nº. 89.496/84 necessitam de atualizações, em face da promulgação da Lei nº. 9.433/97 que trata da

política nacional de recursos hídricos, além do avanço da política agrícola e do acúmulo de problemas ambientais. Assim, o Anteprojeto propõe uma política integrada das dimensões: irrigação, política agrícola e meio ambiente.

À guisa de conclusão, a Lei 6.662/79 era quase omissa no que se refere a iniciativa privada, enquanto que o Anteprojeto permite de forma mais transparente a participação da iniciativa privada como fator relevante de indução e apoio governamentais à implantação de projetos de desenvolvimento da agricultura irrigada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Políticas e estratégias para um novo modelo de irrigação: documento Síntese. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001. 128 p.

BRASIL. Anteprojeto de Lei de 2004. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1979. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 de jun. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 mai. 2005.

BRASIL. Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 09 jan. 1997. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 09 de jan. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 mai. 2005.

CARVALHO, O. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 286.

TELLES, DIRCEU D'ALKMIN. Água na agricultura e pecuária. In: REBOUÇAS, A. C. (2 ed.). *et al. Águas doces no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 305-337.

TRINDADE, MARCOS AUGUSTO. A agronomia do essencial: vida, obra e ensinamentos do agrônomo José Augusto Trindade, precursor da ecologia do nordeste. João Pessoa: UNIPÊ, 2005. 528 p.